

MPV 1.106/2022

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei nº 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos

EMENDA DE REDAÇÃO

No Art. 6º do PLV apresentado à MP 1106/2021, onde se lê “Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada...”, leia-se “Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e **os titulares ou tutor ou curador, no caso de portador de deficiência do titular,** do Benefício de Prestação Continuada ...”.

Sala das sessões, 29 de maio de 2022.

Deputado Reginaldo Lopes – PT/MG

